



Educação: dilemas contemporâneos

Volume XV

Lucas Rodrigues Oliveira

Organizador



Pantanal Editora

2023

Lucas Rodrigues Oliveira
Organizadores

Educação: dilemas contemporâneos
Volume XV



Pantanal Editora

2023

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Prof. MSc. Adriana Flávia Neu
Prof. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Prof. MSc. Aris Verdecia Peña
Prof. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Prof. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Prof. Dra. Denise Silva Nogueira
Prof. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Prof. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Prof. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Prof. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Prof. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Prof. Dra. Patrícia Maurer
Prof. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Prof. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Prof. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Mun. Rio de Janeiro
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

E24

Educação: dilemas contemporâneos - Volume XV / Lucas Rodrigues Oliveira (Organizador). – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2023.
55p.

Livro em PDF

ISBN 978-65-81460-77-8

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460778>

1. Educação. 2. Inclusão escolar. 3. Deficiência intelectual. I. Oliveira, Lucas Rodrigues (Organizador). II. Título.

CDD 370

Índice para catálogo sistemático

I. Educação



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

Em 1932, no *Comentário* intitulado *A função educativa da imprensa*, Cecília Meireles defendeu que “Há mil maneiras de colaborar na obra da educação. Há terreno para todas as vocações. Assunto para todas penas”. Inesgotáveis são as possibilidades de discussões referentes à educação brasileira.

Sob essa mesma ótica, apresentamos o décimo quinto volume da obra “Educação: dilemas contemporâneos”, considerando que ainda há muitas questões a serem debatidas, estendidas e refletidas e no contexto educacional, ainda existem muitas indagações que não foram totalmente sanadas.

A presente obra é composta por três capítulos:

No capítulo primeiro, intitulado “Educação Indígena e Direitos Humanos Racismo e sub-representação na Educação em MS”, debate-se a questão indígena e dos direitos humanos, que são tão caras e essenciais no contexto educacional atual, especificamente na educação de Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo, sob o título “Nas circunstâncias Atuais a Deficiência Intelectual e a Noção de Inteligência”, são abordadas e discutidas os conceitos de deficiência intelectual e o conceito de inteligência.

Por fim, no terceiro e último capítulo objetiva refletir sobre a formação do professor da disciplina de Matemática: “Formação do professor que ensina Matemática: a consolidação de um campo de estudo no Brasil”.

Lucas Rodrigues Oliveira


Sumário

| | |
|---|-----------|
| Apresentação | 4 |
| Capítulo I | 6 |
| Educação Indígena e Direitos Humanos | 6 |
| Capítulo II | 28 |
| Nas circunstâncias Atuais a Deficiência Intelectual e a Noção de Inteligência | 28 |
| Capítulo III | 35 |
| Formação do professor que ensina Matemática: a consolidação de um campo de estudo no Brasil | 35 |
| Índice Remissivo | 54 |
| Sobre o organizador | 55 |

Nas circunstâncias Atuais a Deficiência Intelectual e a Noção de Inteligência

Recebido em: 02/01/2023

Aceito em: 09/01/2023

 10.46420/9786581460778cap2

José Ribeiro^{1*} 

INTRODUÇÃO

A deficiência mental está inserida em sistemas categoriais há séculos, figurando como demência e comprometimento permanente da racionalidade e do controle comportamental. A preocupação com a educação de pessoas com deficiência ocupa um lugar de destaque no conjunto propõe que se supere qualquer noção da pessoa com deficiência em referência ao pressuposto da normalidade.

A concepção de deficiência mental como fenômeno caracterizado por incompetência generalizada e limitações no funcionamento individual vem sendo a muito notificada por estudiosos do assunto. Ao final do séc. XIX a concepção de deficiência mental estava associada à perspectiva exclusivamente organicista, de natureza neurológica, identificada pelo atraso no desenvolvimento dos processos cognitivos. Distinta da concepção de doença mental (Carvalho et al., 2003).

A educação escolar é mais do que um processo e um contexto para a promoção da aprendizagem de conteúdos técnico-teóricos, devendo também promover a convivência humana. A pessoa com deficiência intelectual possui condições estruturais e funcionais que comprometem a adaptação ao ambiente e a ampla aquisição de informações. Nesse caso, o processo de ensino-aprendizagem tradicional das escolas passa a ser insuficiente (Santos et al., 2012).

¹ Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Politécnica y Artística Del Paraguay. Especialista em Urgência e Emergência com ênfase em APH, pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Especialista em Docência do Ensino Médio, Técnico e Superior pela Faculdade Associada Brasil. Bacharel em Enfermagem pela Universidade Paulista-UNIP. Licenciado em Biologia pelo Centro Universitário Claretiano. Atualmente é alestrante, professor dos cursos da Pós-Graduação da Faculdade Associada Brasil nas áreas de Educação e Saúde, professor técnico/pedagógico do Grupo Educacional Sequencial. E-mail: zecasantos01@gmail.com

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Assim para a metade do século XX, o quociente de inteligência (QI), foi entendido como um potencial intelectual inato, um reflexo de uma inteligência geral: unidimensional, uni determinada, inalterada e não permeável. Em suma, apesar dos avanços científicos e da consolidação de políticas públicas seguindo os princípios da educação inclusiva, as práticas pedagógicas e a cultura escolar que se observa no cotidiano das instituições públicas de ensino não sofreram ressignificação (Pletsch; Glat, 2012).

Deficiência mental (intelectual) fundamentada em critérios estabelecidos pela Associação Americana de Deficiência Mental e que serve de referência ao nosso país, à deficiência mental é definida como um funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, com início até os 18 anos. O movimento de Integração escolar manteve as práticas adaptativas, com o objetivo de propiciar a inserção e/ou a reinserção de alunos com deficiência na escola comum, pelo treino dos mesmos conteúdos e programas do ensino regular (Ministério da Educação, 2007).

A educação escolar tem por fundamento atender a todos, mesmo quando há necessidade de adaptar a estrutura escolar e as práticas de ensino a cada criança, uma vez que as diferenças humanas são naturais. Neste contexto (AAMD), remete a duas definições de deficiência intelectual a primeira em vigor de 1972 a 1992 diz: “Deficiência Mental se refere a um funcionamento intelectual significativo inferior a média, acompanhado de déficits no comportamento adaptativo manifestado durante o período de desenvolvimento”. Já a segunda definição apresentada pela (AAMR) American Association of Mental Retardation. É semelhante a primeira com análise mais profundas os défices de comportamento deram lugar limitações das circunstâncias (Belo et al., 2008).

Fundamenta-se no julgamento clínico e na literatura especializada, como indicam os atuais sistemas categoriais de doenças e transtornos mentais, como a Classificação de Transtornos, possíveis causas da deficiência mental, alguns fatores podem ser determinantes nas causas da deficiência mental, podendo, esta, ocorrer no período pré-natal, perinatal ou, ainda, pós-natal Causas pré-natais (Scobal et

al., 2010). Estes fatores incidem desde a concepção do bebê até o início do trabalho de parto. Causas perinatais, Causas pós-natais, desnutrição materna; má assistência médica à gestante; doenças infecciosas: sífilis, rubéola, toxoplasmose; fatores tóxicos: alcoolismo consumo de drogas, efeitos colaterais de remédios (medicamentos teratogênicos afetam a estrutura e o desenvolvimento da anatomia), poluição ambiental e tabagismo.

Num sentido amplo percebemos que a evolução tecnológica caminha na direção de tornar a vida mais fácil. Sem nos apercebermos utilizamos constantemente ferramentas que foram especialmente desenvolvidas para favorecer e simplificar as atividades do cotidiano, como os talheres, canetas, computadores, controle remoto, automóveis, telefones celulares, relógio, enfim, uma interminável lista de recursos, que já estão assimilados à nossa rotina e, num senso geral, “são instrumentos que facilitam nosso desempenho em funções pretendidas.

Os comportamentos emitidos por um indivíduo em situações sociais podem tanto contribuir para uma melhor adaptação ao seu ambiente, como dificultar desempenhos adaptativos e funcionais. No caso específico da deficiência intelectual, sua própria definição, segundo a American Association on Mental Retardation (AAMR) considera que os déficits no funcionamento intelectual estão associados a déficits em habilidades sociais, conceituais e práticas (Freitas et al., 2010).

A deficiência mental está inserida em sistemas categoriais há séculos, figurando como demência e comprometimento permanente da racionalidade e do controle comportamental. A tecnologia assertiva (TA), deve ser entendida como o “recurso do usuário” e não como “recurso do profissional” (Pletsch; Glat, 2012). Isto se justifica pelo fato de que ela serve à pessoa com deficiência que necessita desempenhar funções do cotidiano de forma independente. Por exemplo: a bengala é da pessoa cega ou daquela que precisa de um apoio para a locomoção; a cadeira de rodas é de quem possui uma deficiência física e com este recurso chega aos lugares que necessita; a lente servirá a quem precisa melhorar sua eficiência visual.

O software leitor, fala o conteúdo de textos digitalizados à pessoa com deficiência visual ou a quem não consegue ler em função da dislexia ou deficiência intelectual. Todos estes recursos promovem maior eficiência e autonomia nas várias atividades de interesse de seus usuários. Por princípio, o recurso

de TA acompanha naturalmente o usuário que o utilizará em diferentes espaços na sua vida cotidiana (Bersch et al., 2017).

Ainda de acordo com os autores, a preocupação com a educação de pessoas com deficiência ocupa um lugar de destaque no conjunto propõe que se supere qualquer noção da pessoa com deficiência em referência ao pressuposto da normalidade. No que tange à deficiência intelectual, suas contribuições apontam para a heterogeneidade do grupo que compartilha desta condição, tão importante quanto à deficiência, é a personalidade dos sujeitos.

A tecnologia assistiva (TA) é uma área de conhecimento interdisciplinar, que apresenta produtos, recursos, métodos, estratégias, práticas e serviços que promovem a funcionalidade de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida (QV) e inclusão social (Santos et al., 2017)

A superação da alienação da vida cotidiana encontra convergência com os princípios da reabilitação psicossocial ao buscar romper com comportamentos cristalizados e a partir daí, possibilitar o impulso do sujeito com doença mental para inserir-se ao meio social, alinhando o raciocínio com a perspectiva da reabilitação psicossocial, pode ser considerada um mecanismo de superação da alienação do cotidiano (Cortes et al., 2017).

A reação subjetiva aos limites inerentes à deficiência e o lugar que ocupa essa condição na totalidade de suas características são aspectos fundamentais de seu processo de constituição como sujeito., contudo, exige um sistema educacional que crie caminhos alternativos para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e se apoie em formas de ação mediada que possam em algum grau, promover a substituição das funções lesadas por formas superiores de organização psíquica. Atualmente, a tendência é desconsiderar a classificação em leve, moderado, severo e profundo, e pensar na quantidade de apoio esta pessoa necessitará (Nuemberg et al., 2008).

O processo de ensino-aprendizagem é condicionado por múltiplos fatores dependendo do aluno, da família e do Sistema Educativo, o que estaria a afetar a matrícula, frequência, desempenho e evasão escolar. Pesquisas apontam que o fatores socioeconômicos são determinantes para evitar o retardamento do crescimento cerebral.

O conceito de apoio necessário reflete a realidade de que muitas pessoas com deficiência mental não apresentam limitações em todas as áreas de habilidades adaptativas e, portanto, não necessitam de apoio nas áreas não afetadas. A deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento (Ministério da Educação, 2006).

A Convenção da Guatemala, internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1ª define deficiência como [...] “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Essa definição ratifica a deficiência como uma situação. O diagnóstico da deficiência mental não se esclarece por supostas categorias e tipos de inteligência (Monteiro et al., 2026).

A deficiência mental constitui um impasse para o ensino na escola comum e para a definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo. A dificuldade de diagnosticar a deficiência mental tem levado a uma série de revisões do seu conceito.

Pessoas com deficiência intelectual ou cognitiva costumam apresentar dificuldades para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e os valores monetários), estabelecer relações sociais, compreender e obedecer às regras, e realizar atividades cotidianas - como, por exemplo, as ações de autocuidado (Santos et al., 2012).

A pessoa com deficiência intelectual é um sujeito que necessita aprimorar suas relações interpessoais para desenvolver-se satisfatoriamente, de forma a conquistar mais autonomia e satisfação pessoal e melhor qualidade de vida. A deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento (Marincovich, 1998).

Muitos autores destacam a importância de um repertório adequado de habilidades sociais dos pais estabelecendo um ambiente familiar acolhedor e propício para o desenvolvimento pleno dos filhos. Quando uma criança fica à mercê de comportamentos pouco construtivos de pais ou sem o envolvimento afetivo destes, isso poderá constituir prejuízo para o desenvolvimento da criança e aumentar sua vulnerabilidade nos diversos contextos sociais (Cardozo; Soares, 2011).

A capacidade de argumentação desses alunos também pode ser afetada e precisa ser devidamente estimulada para facilitar o processo de inclusão e fazer com que a pessoa adquira independência em suas relações com o mundo. As condições socioeconômicas e a desnutrição A desnutrição infantil e desnutrição crônica pode causar um atraso no crescimento do cérebro. Pesquisa tem mostrado que o perímetro cefálico é o parâmetro antropométrico de maior relevância para o processo educacional e cujo impacto no desempenho escolar é crescente na medida que ingressamos no Sistema Educacional (Marincovich, 1998).

No que tange à deficiência intelectual, suas contribuições apontam para a heterogeneidade do grupo que compartilha desta condição, tão importante quanto à deficiência, é a personalidade dos sujeitos. A reação subjetiva aos limites inerentes à deficiência e o lugar que ocupa essa condição na totalidade de suas características são aspectos fundamentais de seu processo de constituição como sujeito.

Contudo, exige um sistema educacional que crie caminhos alternativos para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e se apoie em formas de ação mediada que possam em algum grau, promover a substituição das funções lesadas por formas superiores de organização psíquica (Nuernberg, 2008).

O Instituto Inclusão Brasil estima que 87% das crianças brasileiras com algum tipo de deficiência intelectual têm mais dificuldades na aprendizagem escolar e na aquisição de novas competências, se comparado a crianças sem deficiência. Mesmo assim, é possível que a grande maioria alcance certa independência ao longo do seu desenvolvimento. Apenas os 13% restantes, com comprometimentos mais severos, vão depender de atendimento especial por toda a vida (Ministério da Educação, 2006).

Atualmente, a tendência é desconsiderar a classificação em leve, moderado, severo e profundo, e pensar na quantidade de apoio esta pessoa necessitará. O conceito de apoio necessário reflete a realidade de que muitas pessoas com deficiência mental não apresentam limitações em todas as áreas de habilidades adaptativas e, portanto, não necessitam de apoio nas áreas não afetadas.

A grande dificuldade de conceituar essa deficiência trouxe consequências indelévels na maneira de lidarmos com ela e com quem a possui. O medo da diferença e do desconhecido é responsável, em grande parte, pela discriminação sofrida pelas pessoas com deficiência, mas principalmente por aquelas com deficiência mental.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, D. S. D. S., & Aguilar, L. E. (2018). A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em Jundiaí: uma análise do processo de implementação. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24, 373-388.
- Brasil (2006a). Ministério da Educação. AEF- Deficiência Mental. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dm.pdf.
- Brasil (2006b). Ministério da Educação. Deficiência Mental Atendimento Educacional especializado. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dm.pdf
- Cardozo, A., & Soares, A. B. (2011). Habilidades sociais e o envolvimento entre pais e filhos com deficiência intelectual. *Psicologia: ciência e profissão*, 31, 110-119.
- CRC, Caderno de Referencia de conteúdo. (2015). A prevenção das deficiências e o aluno com necessidades especiais. Faculdade Claretiano-Rede de Educação.
- Cortes, H. M., & Barros, S. (2017). Reabilitação psicossocial de moradores de um serviço residencial terapêutico. *Journal of Nursing and Health*, 7(2), 148-63.

- de Carvalho, E. N. S., & Maciel, D. M. M. D. A. (2003). Nova concepção de deficiência mental segundo a American Association on Mental Retardation-AAMR: sistema 2002. *Temas em Psicologia*, 11(2), 147-156.
- dos Santos, R. F., Sampaio, P. Y. S., Sampaio, R. A. C., Gutierrez, G. L., & de Almeida, M. A. B. (2017). Tecnologia assistiva e suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 28(1), 54-62.
- Escobal, G., Rossit, R. A. S., & Goyos, C. (2010). Aquisição de conceito de número por pessoas com deficiência intelectual. *Psicologia em Estudo*, 15, 467-475.
- Freitas, L. C., & Del Prette, Z. A. P. (2010). Validade de construto do Sistema de Avaliação de Habilidades Sociais para crianças brasileiras com deficiência intelectual. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 44(2), 312-320.
- Marincovich, D. I. (1998). Desarrollo cerebral, inteligencia y rendimiento escolar en estudiantes que egresan del sistema educacional. *Revista Enfoques Educativos*, 1(1).
- Monteiro, C. H. M., Sales, J. J. A., Sales, R. J. A., & Nakazaki, T. G. (2016). Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. *Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad*, 2(3), 221-233.
- Nuernberg, A. H. (2008). Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual. *Psicologia em estudo*, 13, 307-316.
- Santos, D. C. O. D. (2012). Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. *Educação e pesquisa*, 38, 935-948.
- Pletsch, M. D., & Glat, R. (2012). A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. *Linhas críticas*, 18(35), 193-208.

Índice Remissivo

D

Deficiência Intelectual, 28

F

Fortalecimento do campo, 54

I

Inteligência, 28

Sobre o organizador

 **LUCAS RODRIGUES OLIVEIRA**



Mestre em Educação pela UEMS, Especialista em Literatura Brasileira. Graduado em Letras - Habilitação Português/Inglês pela UEMS. Atuou nos projetos de pesquisa: Imagens indígenas pelo “outro” na música brasileira, Ficção e História em Avante, soldados: para trás, e ENEM, Livro Didático e Legislação Educacional: A Questão da Literatura. Diretor das Escolas Municipais do Campo (2017-2018). Coordenador pedagógico do Projeto Música e Arte (2019). Atualmente é professor de Língua Portuguesa no

município de Chapadão do Sul. Contato: lucasrodrigues_oliveira@hotmail.com.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br